



ANTÓNIO DOMINGUES DE AZEVEDO

TOC não são funcionários nem servidores da administração fiscal

Por Jorge Magalhães

Com os olhos postos no futuro, Domingues de Azevedo fala sobre novos desafios, como a formação à distância ou a qualidade profissional mas recupera também antigos problemas: o Fisco tem que ter uma visão de parceria com os Técnicos Oficiais de Contas e não olhá-los como meros colaboradores gratuitos para satisfazer caprichos de alguns serviços

António Domingues de Azevedo nasceu em 1950, em Vila Nova de Famalicão, onde mantém residência. Técnico Oficial de Contas e gestor de empresas de contabilidade e fiscalidade, foi deputado à Assembleia da República durante três mandatos, tendo feito sempre parte da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças. Autor do projecto-lei que regulamentou a profissão de TOC. Vice-presidente e presidente da Comissão Instaladora da ATOC. É presidente da Direcção da CTOC desde 1999, tendo sido em Dezembro último reeleito para o triénio 2008/2010.

No início de novo mandato, e ao fim de 11 anos à frente dos destinos da CTOC, Domingues de Azevedo olha para o futuro com o mesmo entusiasmo e confiança de sempre.

Porque «não é possível sobreviver sem um sistema de formação permanente», a CTOC prepara-se para, nas palavras do presidente, encetar uma «revolução» no sector com a aposta no *e-learning*.

Confiante que no decorrer do ano a Câmara adoptará a sigla OTOC, Domingues de Azevedo garante ainda que as alterações ao Estatuto serão apresentadas e discutidas com os membros e considera fulcral colocar acento tónico na qualidade, «o grande desafio das profissões.» Defensor da revisão urgente do sistema de execuções fiscais, o responsável máximo da Instituição, lamenta alguns abusos do fisco e aconselha que tanto TOC como administração fiscal devem usar da sensatez para resolver conflitos.

TOC – O acto eleitoral, o mais concorrido de sempre, deu-lhe uma maioria confortável. Que análise faz do resultado?

Domingues de Azevedo – Só posso fazer uma leitura positiva, atendendo a que tivemos oposição, o que não ocorreu no penúltimo acto eleitoral. Oposição que quero saudar pois, embora em muitos casos tenha excedido o limite do razoável, e até da verdade, criou-se uma dinâmica diferente. Os resultados eleitorais não reflectem a realidade dos Técnicos Oficiais de Contas, uma vez que são influenciados por factos e decisões que, embora sejam uma necessidade indiscutível da profissão, não foram tratados com o melindre que o seu impacto aconselhava, como foi o caso da implementação do Regulamento do Controlo da Qualidade e da formação profissional obrigatória. Ao fim de 11 anos, e do natural desgaste, obter 65 por cento dos votos é um prodígio que bem poderia ser utilizado como *case study* no domínio da regulação profissional.

TOC - Quando terminar este mandato terá quase década e meia à frente dos destinos da Instituição. Como é que reage a quem o acusa de estar agarrado ao poder e de ser centralizador?

D. A. – Só conheço um meio de medir essa questão: a vontade livre e democrática dos membros.

Ela é soberana e tem que prevalecer sobre os interesses de alguns “pseudo-iluminados” que julgam ser detentores da verdade.

O tempo que se permanece nos lugares de decisão não pode ser o elemento fundamental para avaliar a continuidade, mas sim a capacidade para ler, interpretar e encontrar os caminhos mais consentâneos para resolver problemas. Não é pelo facto de alguns membros, muitas vezes agarrados ainda a um determinado passado, não concordarem comigo, que me vão demover. A minha consciência e os profissionais são os únicos orientadores da minha acção. Aliás, este acto eleitoral deixou algumas mensagens que merecem ser bem analisadas.

TOC – Que mensagens?

D. A. – A lista por mim liderada, uma vez mais, teve contra si todas as associações particulares que ainda gravitam em torno da profissão. Exceptuando a APPC, todas as outras usaram as suas bases de dados e meios ao seu dispor para influenciarem o acto eleitoral. Conclui-se que a influência de agrupamentos à margem da CTOC, mesmo que tenham desempenhado papéis com alguma relevância, é hoje reduzida.

Essas associações, não obstante o seu inconformismo, não têm tido espaço nem margem para se reabilitarem aos olhos dos profissionais, pois não têm constituído alternativa à CTOC. Isto leva a uma conclusão: o inimigo número um desses grupos não será a política da Câmara, até porque não têm opção credível, mas sim quem a personaliza, ou seja, a minha pessoa.

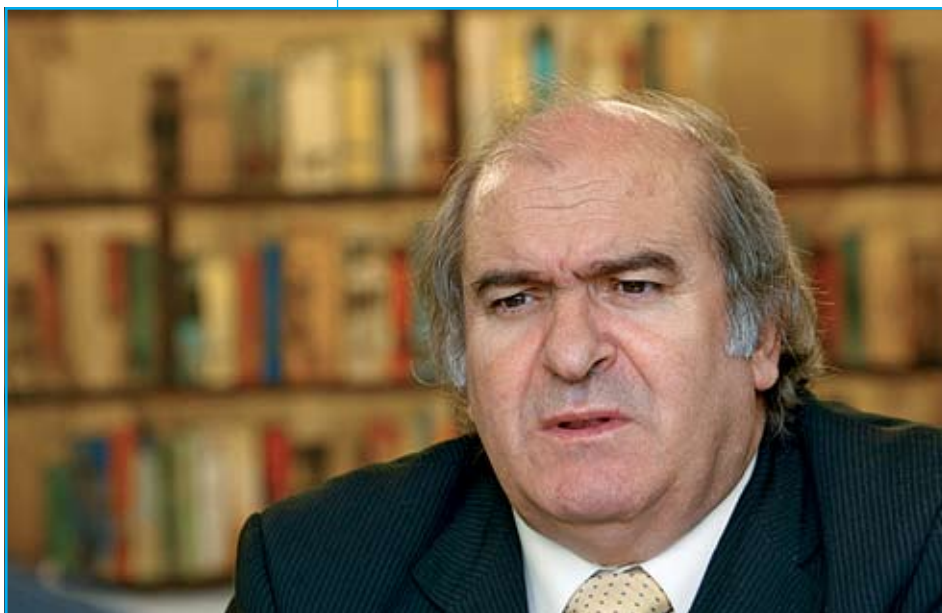
Nunca fui centralizador. Não posso é arriscar o sucesso das acções da Instituição. Pelo menos as mais sensíveis, acompanho-as de muito perto. Ninguém pode esquecer que somos uma Instituição recente. Se houvesse

mudanças dos órgãos dirigentes a cada três anos, haveria projecto credível que aguentasse? Esta profissão encontrava-se num estado lastimável e não foi fácil chegar até aqui. Hoje, é reconhecida e tem cada vez mais crédito na sociedade.

TOC – Os cerca de 16 700 votantes representam cerca de 20 por cento do universo de inscritos. É um sinal de que os TOC estão indiferentes ou, lentamente, começa a emergir um espírito de classe?

D. A. – Estou triste por não haver maior participação nos actos eleitorais e em outras manifestações da Instituição. Mas se compararmos a realidade dos Técnicos Oficiais de Contas com outras profissões, não nos podemos sentir assim tão amargurados. É uma característica do nosso povo mas, no momento certo, ele lá está e decide de acordo com a sua consciência, como aconteceu na célebre assembleia-geral da Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Somos uma profissão jovem e é normal que surjam dificuldades na criação de um espírito de classe. Já unimos os TOC em torno dos objectivos e princípios em que assenta a profissão. Em países mais evoluídos, como a França, estes problemas levaram cerca de 20 anos a resolver.



«O tempo que se permanece nos lugares de decisão não pode ser o elemento fundamental para avaliar a continuidade, mas sim a capacidade para ler, interpretar e encontrar os caminhos mais consentâneos para resolver problemas», defende o presidente

Temos que saber dosear todas estas alterações para que sejam assimiladas. Estamos no caminho certo e chegaremos a bom porto.

Revolução na formação profissional

TOC – Quais as linhas orientadoras para os próximos três anos?

D. A. – Pretendemos continuar a criar melhores condições para o exercício da profissão. Defendemos que deve crescer e consolidar-se de forma harmonizada e sustentada, evitando solavancos. Nos próximos três anos, as nossas maiores preocupações estarão voltadas para a concepção e criação de meios e formas de comunicação que facilitem aos membros a aquisição ou aprofundamento de conhecimentos. Pretendemos implementar sistemas e mecanismos de solidariedade social, através da participação no Fundo de Pensões dos TOC, reforço do Fundo de Solidariedade Social para 250 mil euros, e criar, em Lisboa e Porto, a «Casa do TOC».

Continuaremos a apostar na afirmação da CTOC ao nível das instituições profissionais, dando pre-

ferência ao relacionamento com os países de língua portuguesa. Pretendemos também alterar o Estatuto, adaptando-o à nossa realidade e alterar a denominação da entidade reguladora de Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas para Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Apostaremos também na implementação de novos meios de comunicação, privilegiando a instalação de um sistema de televisão via Internet. Queremos definir ainda a estrutura curricular no que respeita ao processo de Bolonha e conceber e realizar acções com instituições do ensino superior para análise, estudo e debate de temas de interesse para a profissão.

TOC – A mudança de paradigma na formação, com o advento do *e-learning*, alterará definitivamente o relacionamento dos membros com a instituição?

D. A. – O actual sistema de formação presencial não satisfaz já os níveis de exigência da profissão. Não é possível sobreviver sem um sistema de formação permanente. A qualidade é um elemento imprescindível para a credibilização e sustentação

profissional e a CTOC não pode ficar indiferente. A necessidade de saber profissional tem características completamente diferentes de há dez ou 15 anos. Nessa altura, a formação era mera opção. Hoje, passa a ser uma exigência das instituições de regulação profissional.

É com estas preocupações que temos vindo a desenvolver aquilo a que chamamos de formação à distância. Trata-se de uma nova concepção, na qual se procura adaptar a tecnologia às especificidades da profissão e à necessária interactividade.



Domingues de Azevedo assegura que «a qualidade é um elemento imprescindível para a credibilização e sustentação profissional».

TOC – Que balanço faz ?

D. A. – Da experiência-piloto efectuada com 90 profissionais, recebemos os mais rasgados elogios, não só pela forma de comunicação, flexibilidade da participação e facilidade de aprendizagem, mas principalmente pelo facto de facilitar a comunicação e libertar os seus utilizadores de um conjunto de questões acessórias. Recordo que 95 por cento consideraram bom ou muito bom o novo método.

Vamos fazer novo teste num ambiente muito próximo do real. No próximo dia 18 do corrente, iniciaremos nova experiência, agora com 900 profissionais, o que nos permitirá ter outra percepção do projecto. É provável que no final de Março ou princípio de Abril estejamos em condições de avançar em pleno com o novo método que, certamente, constituirá uma revolução na formação profissional.

TOC – Quer isso dizer que a formação presencial, tal como hoje é ministrada, está condenada?

D. A. – Não pretendemos violentar os profissionais, impondo-lhes apenas um único método de formação, mas sim alargar a sua oferta, pelo que, caso existam interessados, podem coexistir temporalmente os meios de formação presencial e à distância. A formação eventual, pelos seus objectivos, nunca pode transformar-se num meio de formação à distância, uma vez que tem como meta sensibilizar os profissionais para as alterações legislativas introduzidas no ordenamento jurídico. Isso não se consegue com eficiência através da formação à distância.

TOC – A CTOC está disponível para reconhecer outras entidades capazes de dar formação aos membros. É um recuo da Câmara ou uma inevitabilidade?

D. A. – Tem existido enorme confusão entre formação académica, formação de preparação para o exercício de uma profissão e formação de profissionais a quem a lei reconhece interesse público. No que respeita à formação contínua nas profissões de interesse público, embora a qualidade seja uma grande preocupação, não se restringe a isso, pois existem valores de natureza ética a que os profissionais devem obediência. Quem zela por esses valores são as instituições de regulação profissional, competindo-lhes ava-

liar se a formação adquirida se materializa no espírito e valores éticos inerentes à profissão e ao interesse público que lhe está subjacente.

Não defendendo o exclusivo da formação profissional para as instituições de regulação, entendendo que elas têm que possuir a capacidade e os meios para avaliarem permanentemente, não só a qualidade da formação ministrada por terceiros, mas também se são respeitados os valores éticos.

Este é o princípio que se encontra consagrado no regulamento de Atribuição de Créditos da CTOC. Algumas pessoas e entidades têm-se manifestado contra as medidas qualitativas que a Câmara introduziu, mas isso nada tem a ver com as preocupações qualitativas da formação, mas sim com a sobrevivência dessas pessoas ou instituições. Os TOC têm uma entidade reguladora e disciplinadora da profissão. Esta realidade, após 11 anos, parece que ainda não foi entendida por algumas pessoas que, angustiados por terem perdido influência sobre os profissionais, preferem ignorá-la.

Internacionalização: experiências de outros povos são fundamentais

TOC – A Web TV é outra das grandes apostas. Em concreto, o que é que esse canal irá oferecer aos membros?

D. A. – Dentro dos meios de comunicação existentes actualmente, ou seja, revista «TOC», site, CD-ROM, «Pasta TOC» e formação à distância, entendemos que faz sentido aproveitar a evolução tecnológica e estruturar mais um projecto na Internet: um canal de TV exclusivo para os membros, que oferece uma panóplia de informação útil, para além de congregar as acções de formação. O canal da CTOC na web permitirá que o membro acompanhe com regularidade a vida da Instituição, tornando-o mais participativo.

TOC – A CTOC tem procurado a via da internacionalização fazendo já parte do CILEA e da EFAA. Em que pé estão as negociações com outras entidades congéneres?

D. A. – A Câmara teve de lançar uma série de projectos fundamentais para a profissão. A inscrição nas organizações internacionais não constituía prioridade. Agora que existem ferramentas sólidas de apoio aos membros, que temos instalações dignas e capazes em quase todos os distri-

tos, estamos a estudar a nossa entrada nessas organizações.

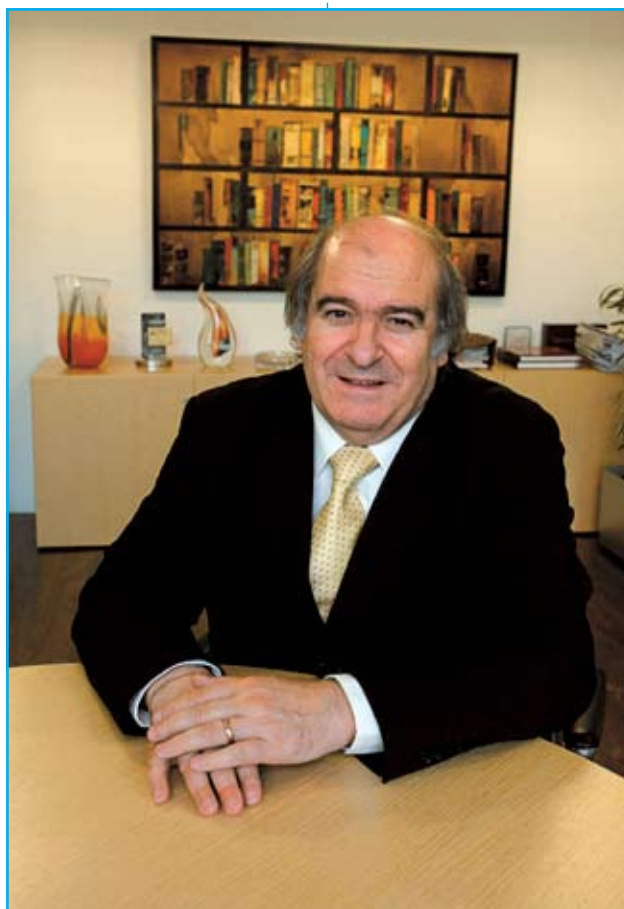
No CILEA, a Câmara tem já uma vice-presidência e, na EFAA, organizámos, em Dezembro passado, uma importante conferência a que aderiu mais de um milhão de profissionais.

Estamos a negociar a nossa participação no IASB e, brevemente, iniciaremos os contactos necessários para a nossa inscrição na FEE. Temos mantido também uma colaboração muito estreita com diversos colégios dos economistas espanhóis, tendo-se já realizado algumas acções conjuntas.

Temos laços estreitos com o Brasil, quer com o Conselho Federal, através da sua presidente Maria Clara Bugarim, quer com diversos Conselhos Regionais. Em conjunto com os colegas brasileiros, estamos a preparar um projecto de implementação e apoio à organização da profissão nos restantes países de língua oficial portuguesa, cujo arranque se verificará ainda este ano.

TOC – O que pode a Câmara, e os seus membros em particular, lucrar com esta aposta na internacionalização?

D. A. – A troca de experiências e ensinamentos com outros povos é fundamental para o nosso desenvolvimento. Pelo que tenho visto, Portugal nada tem de que se envergonhar. Pelo contrário, aproveitando o uso das novas tecnologias, conseguimos evitar um conjunto de problemas com que muitos profissionais de outros países ainda se debatem.



A passagem a ordem é, antes de mais, uma questão de justiça para com os profissionais.

Discussão com os membros das alterações do Estatuto

TOC – Em 2008, a CTOC passará a adotar a sigla OTOC?

D. A. – Espero que sim. Há um compromisso do Governo sobre essa matéria. Como todos sabem, a passagem a Ordem estava consagrada no Orçamento do Estado para 2008. O Parlamento entendeu retirar essa alínea e chamar a si a iniciativa, com a justificação de que tem acontecido sempre assim. Aguardamos a decisão legislativa. A passagem a ordem é, antes de mais, uma questão de justiça para com os profissionais.

TOC – A passagem a Ordem implicará alteração do Estatuto. Há quem acuse os dirigentes da Câmara de não explicarem aos mem-

bro qual as modificações a propor. Como reage a estas acusações?

D. A. – Os amantes da caça dizem que quando não têm cão, caçam com gato. Na nossa profissão, existem apaixonados por dizer mal. Pouco interessa se é verdade ou mentira. Então, quando os dirigentes da Câmara, pela sua conduta, pelas suas opções, pela forma como dirigem a Instituição, não lhes dão razão, parte-se para a invenção e dizem-se disparates. Nunca existiu, não existe, nem com equipa por mim liderada existirá, qualquer proposta ou projecto entregue ou negociado com o Governo sem que tenha sido previamente discutido com a classe. Quando chegar o momento, faremos a discussão pública da proposta.

TOC – O Controle da Qualidade, e a obrigatoriedade de obtenção de créditos, tem causado polémica e algum mal-estar entre os membros. Há alterações na calha?

D. A. – A qualidade profissional constituirá, num futuro próximo, o grande desafio das profissões, sobretudo para as de interesse público que, estou certo, terão todas sistemas de controle da qualidade.

O que é esse controle da qualidade? A verificação *in loco* que as regras comportamentais definidas para a profissão são observadas. Não se trata de invenção da Câmara. O controle da qualidade já se encontra a funcionar, há cerca de dez anos, nos revisores oficiais de contas e, segundo julgo saber, com excelentes resultados.

Ao longo dos tempos desvalorizou-se, mesmo por parte de muitos governantes e altos responsáveis, a importância dos profissionais das áreas da Contabilidade e Fiscalidade. Hoje, será um acto de suicídio de qualquer governante ignorar o papel desenvolvido pelos TOC. Aliás, o comportamento das receitas fiscais é a maior prova do que se afirma.

Se uma profissão com este nível de responsabilidade não tiver preocupações de qualidade está, pura e simplesmente, a auto-condenar-se.

A maioria dos membros entendeu esta mensagem e os próprios resultados eleitorais não deixam de reflectir essa vontade.

Se, por um lado, tínhamos um conjunto de pessoas que, em minha opinião, de forma perfeitamente inconsciente, apregoava a anulação imediata do controle da qualidade e apenas teve 35 por cento de aderentes à sua tese, por outro tínhamos o rigor da qualidade profissional e do seu exercício, que obteve 65 por cento dos votos. Então, a contestação que sempre existiu e, em

«Nunca existiu e não existe, nem com equipa por mim liderada existirá, qualquer proposta ou projecto entregue ou negociado com o Governo sem que tenha sido previamente discutido com a classe. Quando chegar o momento, faremos a discussão pública da proposta.»

alguns casos até é bom que exista, não tem um peso determinante na nossa profissão que leve a alterar o que quer que seja neste domínio.

Estamos abertos a novas ideias e valores a incorporar no Regulamento do Controle da Qualidade que pensamos alterar em breve.

Mas é bom que não nos esqueçamos que, para nos impormos socialmente, para resistirmos e sobrevivermos numa sociedade cada vez mais competitiva, só o conseguiremos pela diferenciação positiva.

**Seguro de saúde:
TOC reconheceram que é um bom produto**

TOC – A CTOC tem evidenciado nos últimos anos forte preocupação com a acção social. Há novos projectos em mente?

D. A. – É importante compreender que os profissionais são seres humanos. Por isso, é necessário que tenhamos, mesmo que de forma residual, meios para acolher e resolver os problemas primários gerados por situações desagradáveis. Alguns colegas, felizmente poucos, escrevem-me a manifestarem-se contra estas iniciativas da Câmara, dizendo que elas são injustas, pois não tratam todos de igual forma. A minha resposta? Apenas desejo que esses nunca sejam bafejados pela infelicidade.

Em dois anos e meio já dotámos o fundo de pensões com três milhões de euros. Não é uma soma extraordinária, se tivermos em atenção as funções do fundo, mas atendendo a que aquele valor é o resultado de uma boa gestão que fazemos na CTOC, não deixa de ser revelador da nossa exigência no domínio social. Se um TOC de 30 anos tiver aos 65 anos um complemento financeiro à sua reforma, é muito bom. Mesmo que não faça grandes entregas para o fundo, há sempre a parte institucional, um euro da quota paga à CTOC, que é canalizada para o fundo de pensões.

TOC – Que retorno tem recebido sobre a aposta no seguro de saúde?

D. A. – Os TOC reconheceram que é um bom produto e que sozinhos nunca conseguiriam negociar tantas vantagens ao preço estipulado no acordo. Requeremos à seguradora que forneça a estatística relativa à utilização do seguro em 2007 para, eventualmente, renegociarmos as condições do mesmo.

TOC – Nos 28 anos que tem de profissão, o que é que mais o marcou? Há comparação entre o que era ser contabilista nessa altura e o que é hoje ser TOC?

D. A. – Foram inúmeros os momentos que me marcaram, mas quero destacar um: quando a profissão foi regulamentada pela Assembleia da República. Esse acto foi o início de uma caminhada que ainda hoje se está a fazer. Ser TOC hoje nada tem a ver com o contabilista ou o guardalivros do passado. Não há comparação possível. A profissão é reconhecida e os profissionais têm uma panóplia de conhecimentos muito superior, bem como uma responsabilidade maior.

TOC e Fisco devem cultivar a sensatez

TOC – Há muitos TOC que se queixam de serem meros ajudantes da administração fiscal. Conseguem ver algum fundo de verdade nesta questão?

D. A. – Os profissionais não são, nem nunca serão, funcionários da administração fiscal nem seus servidores. Lidam com temáticas que a Direcção-Geral dos Impostos verifica. Mas é bom para os TOC e para a própria administração fiscal que cada um saiba o espaço que ocupa e o papel que desempenha.

Para o Técnico Oficial de Contas, antes de qualquer outra prioridade, está o seu cliente. Enquadrar a actividade e o procedimento do seu cliente, com especial relevo para as temáticas que ele conhece ou deve conhecer no quadro normativo, deve estar acima de todas as preocupações. Por vezes, assistimos a exageros por parte da administração fiscal em que parece que pretende transmitir aos profissionais uma competência que é só dela e de mais ninguém, pedindo documentos e informação que, pela sua quantidade e dificuldade de obtenção, é impraticável realizar. Ainda há bem pouco tempo recusei enviar um conjunto de informações que representavam cerca de mil fotocópias de documentos. Ora, isto é impraticável. A administração fiscal também tem que ter a noção do razoável e não fazer dos Técnicos Oficiais de Contas uma espécie de seus empregados gratuitos. Dos dois lados, há coisas que têm que mudar. Da parte dos profissionais, a consciência do interesse público, a execução das suas funções dentro e de acordo com

as normas aplicáveis à profissão e, da parte da administração fiscal, tem que existir uma visão de parceria com os Técnicos Oficiais de Contas e não de colaboradores gratuitos para satisfazer caprichos por parte de alguns serviços. É importante que cada um dos intervenientes cultive valores de sensatez e não actos de prepotência ou resistência injustificada.

TOC – Já por várias vezes referiu que o Fisco tem adoptado uma política do «pague agora, reclame depois». Não teme que este estado se agrave com o previsível abrandamento económico e com a contínua necessidade da administração fiscal cobrar mais para cumprir metas orçamentais?

D. A. – Estamos num Estado de Direito, onde se conhecem as regras e a forma de intervenção de cada uma das partes intervenientes no acto fiscal. Aquilo a que temos assistido recentemente com o funcionamento automático das execuções, ressalvada a sua eficiência, é uma vergonha para todos nós. Nem o Estado, representado pelo ministro das Finanças, e os funcionários da administração fiscal, nem os cidadãos se revêem na forma como os processos têm sido conduzidos. Nenhuma sociedade pode sustentar a sua actividade na injustiça praticada sobre os seus cidadãos. É urgente repensar o modo de funcionamento dos Serviços de Execução Fiscal.

TOC – A política fiscal tem, em termos genéricos, a sua concordância ou merece-lhe reparos?

D. A. – Sou dos que defende que temos um bom sistema fiscal, ao nível dos melhores da Europa. Acontece com frequência que o poder político se socorre da Fiscalidade para atingir diversos fins. E isso não deve suceder. Não me canso de afirmar: tem de haver uma política fiscal e não uma fiscalidade para a política. É óbvio que seria preferível termos uma carga fiscal mais branda. Mas numa época de arrefecimento económico não é possível haver uma descida generalizada de impostos.

Provavelmente, poder-se-ia baixar um pouco o IVA. Mas creio que a consolidação das contas públicas deve ser completa e não estar sujeita a recaídas.

TOC – Os portugueses estão sujeitos a um esforço fiscal violento ou os níveis actuais parecem-lhe justos?

D. A. – A carga fiscal praticada está longe de ser das mais elevadas na Europa. É normal que ninguém goste de pagar impostos, até porque as contrapartidas teimam em não acompanhar o que desembolsamos. A Justiça, a Educação e a Saúde não têm a qualidade adequada face à nossa contribuição fiscal. Seria bom que evoluíssemos nesse sentido.

UE: directriz sobre dispensa de contabilidade não será aplicada

TOC – Tem-se debatido na União Europeia a possibilidade de isentar de contabilidade as empresas com menos de um milhão de euros de facturação. Estaremos perante uma forte ameaça ao emprego entre os TOC?

D. A. – Obtive a informação junto do Ministério da Justiça de que a directriz que dispensa as micro-empresas de apresentarem contabilidade não será posta em prática. Mas isso não invalida que se diga que as multinacionais da auditoria são uma grande ameaça para as empresas de contabilidade. Essa é uma matéria a que vamos ficar atentos.

TOC – A CTOC tem colaborado com o Executivo na simplificação burocrática. Que balanço faz desta cooperação?

D. A. – Muito positivo. O Executivo compreendeu a importância do papel da CTOC e dos profissionais para a mudança de 180 graus operada na administração pública. A desmaterialização das declarações fiscais foi o primeiro grande “Cabo das Tormentas” ultrapassado. Mais recentemente, a Informação Empresarial Simplificada (IES) foi outro desafio ganho. Com a particularidade de ambos terem a marca da CTOC, o que nos orgulha.

TOC – Há novas medidas que possa anunciar?

D. A. – Para além da necessidade de revisão urgente do funcionamento do Sistema de Execuções Fiscais (SEF), penso que o maior cancro é a quantidade dos processos que se encontram em contencioso tributário. Alguns encontram-se nessa fase sem uma razão

plausível, mas apenas porque constituiu a última esperança de contribuintes injustiçados. Todos sabemos que é muito difícil um funcionário corrigir ou alterar a informação de outro colega. O mecanismo de verificação sucessiva que se pretendia que fosse uma espécie de mais-valia para o relatório final, na maioria das vezes não funciona. Se existisse um mecanismo intermédio, distante dos interesses em contenda, discutido entre técnicos que percebam profundamente a linguagem tributária, um número significativo de processos do contencioso tributário seria resolvido nesta fase conciliatória. Há cerca de oito meses sugeri ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, a constituição de comissões de conciliação. Estamos a elaborar um documento que, brevemente, apresentaremos. ■



A relação dos TOC com o Fisco nem sempre é pacífica. O presidente da CTOC defende que «a administração fiscal tem que ter a noção do razoável e não fazer dos Técnicos Oficiais de Contas uma espécie de seus empregados gratuitos.»